



69,4% dos médicos querem exame obrigatório e reprobatório para recém-graduados obterem registro e exercer a Medicina

Com o objetivo de obter informações relevantes, que possam contribuir para a construção de uma política de Estado para a Saúde – e não apenas de políticas partidárias, como ainda ocorre a cada troca de Governo, a Associação Paulista de Medicina (APM) acaba de realizar pesquisa inédita.

O levantamento com 695 médicos tem caráter nacional e retrata a percepção de associados e não associados. Foi realizado pela plataforma SurveyMonkey entre os dias 23 e 30 de setembro de 2019. Está dividido em três blocos: Formação-Qualificação, Prioridades para a Saúde e Organização do SUS.

É propositivo, apontando os anseios e a percepção dos médicos (justamente os profissionais que estão na linha de frente da assistência aos pacientes) referentes a ações capazes de qualificar a Saúde no Brasil.

Formação e Qualificação

Expressivos 91,2% consideram que deve haver no País um exame obrigatório para medir os conhecimentos dos egressos de faculdades de Medicina. Para 69,4%, a avaliação deve ter caráter reprobatório. Quem não passar não receberá o registro para exercer a prática médica.

Vale destacar também que 39,6% são a favor do fechamento dos cursos que oferecem ensino

insuficiente aos futuros médicos.

Tais resultados levam a recordar que até 2018, quando o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) aplicava uma prova em São Paulo, a performance dos egressos, em especial os das escolas particulares, era bem tímida. Aliás, na edição de 2018, houve as seguintes constatações:

- 86% erraram a abordagem inicial para atendimento a paciente vítima de acidente de trânsito;
- 69% não souberam as diretrizes para aferição da pressão arterial;
- 68% não acertaram a conduta para paciente com infarto no miocárdio;
- 65% erraram o quadro laboratorial do diabetes mellitus descompensado;
- 59% não informaram corretamente o período de transmissão da gripe;

Ainda quanto à formação e qualificação para o exercício da Medicina, o levantamento da APM mostra que 91,7% defendem uma prova de revalidação de diplomas obrigatória para os graduados fora do território nacional, sejam eles de outros países ou brasileiros. Outros 5,6% entendem que só deve ser aplicada aos estrangeiros.

Prioridades para a Saúde

Os médicos que participaram do levantamento veem como uma das prioridades a qualificação da gestão, 63,9%. Instados a apontar um (somente um) caminho para que isso ocorra, responderam:

- Políticas de combate a desperdícios e redirecionamento de prioridades – 35,7%
- Racionalização dos investimentos, dos serviços e informatização dos dados – 32%
- Contratação de profissionais técnicos, em detrimento de comissionados/cargos de confiança – 25,6%
- Maior sinergia entre os sistemas público e privado – 6,7%

Em relação à destinação de recursos, a atenção primária ficou em primeiro lugar, com 47,5%. Percentual bem próximo (45,3%) considera que uma medida necessária nesse sentido é a criação da Carreira de Estado para os médicos.

Nesse mesmo bloco, Prioridades para a Saúde, foi solicitada opinião sobre o programa 'Médicos pelo Brasil', recentemente anunciado pelo Ministério da Saúde. Pergunta de resposta única, teve o seguinte retorno:

- Será importante para a distribuição de profissionais pelo País – 49%
- Será importante em relação à criação de uma Carreira de Estado Federal – 26,2%
- Será importante para o crescimento de especialistas em Medicina de Família e Comunidade – 14,8%
- Será importante para o controle da atuação de médicos formados no exterior sem diploma revalidado – 10%

Organização do SUS

São 81,4% os que compreendem que a extensão da cobertura universal do Sistema Único de Saúde deve ser redefinida. Os motivos apontados são a necessidade de diretrizes, nacionais e regionais, além de uma lista de procedimentos terapêuticos efetivos. Os demais 15,9% têm a opinião de que a cobertura atual é adequada.

Veja:

- É preciso diretrizes nacionais sobre as coberturas – 31,6%

- É preciso diretrizes regionais sobre as coberturas – 28,9%
- Deve haver uma lista de procedimentos terapêuticos efetivos – 23,6%
- Deve continuar da forma como está 15,9%

Já 53,1% entendem que um termômetro essencial de desempenho é a incorporação de indicadores sobre as necessidades dos usuários.

Fonte: Assessoria de Imprensa

[Read More](#)
